



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATA**
 - 2.1 – Reunião de Comissão
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.243

Declara de utilidade pública a entidade Movimento de Diversidade e Cidadania LGBT de Caeté – MDC –, com sede no Município de Caeté.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Movimento de Diversidade e Cidadania LGBT de Caeté – MDC –, com sede no Município de Caeté.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/10/2016

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Fábio Avelar Oliveira, Roberto Andrade e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do



Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 1º/9/2016: ofício do Sr. George Alex Lima de Souza, chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional da Aviação Civil – Anac. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.557/2016, em turno único (deputado Antônio Carlos Arantes), Projeto de Lei nº 3.038/2015, no 1º turno (deputado Fábio Avelar Oliveira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3022/2015 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2 (relator: deputado Roberto Andrade). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.331, 5.465 e 5.466/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.975/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater os 20 anos de atuação do Sicoob Crediserv e formalizar a entrega de voto de congratulações à entidade;

nº 6.976/2016, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações para que se esclareça como se dará a regularização da situação dos depósitos judiciais e o pagamento dos valores devidos, considerando decisão recente sobre o assunto, emanada do Supremo Tribunal Federal, contrária à lei estadual que faculta o acesso a esses recursos por parte do Poder Executivo;

nº 6.977/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Wander Borges, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Carlos Gontijo de Amorim, novo superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, por sua grande competência e capacidade técnica;

nº 6.978/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes pedido de providências para que se proceda à manifestação quanto à homologação da operação noturna no aeroporto de Curvelo, considerando-se a existência de processo com essa finalidade aguardando manifestação do governo do Estado;

nº 6.979/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério do Trabalho as notas taquigráficas da audiência com convidados realizada em 13/9/2016;

nº 6.980/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho pedido de providências com vistas ao aumento da dotação orçamentária e à melhoria das condições de recursos humanos, infraestrutura e suprimentos da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, considerando-se a necessidade de aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, incluindo a emissão de carteira de trabalho;

nº 6.981/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a constante falta de energia elétrica na área urbana e especialmente na zona rural dos Municípios de João Pinheiro e Brasilândia de Minas, o que acarreta grandes prejuízos aos produtores rurais, os quais, em alguns casos, ficam sem energia por até 36 horas consecutivas;

nº 6.984/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros para debater a criação do escritório da Sudene nesse município, a fim de atender aos investidores que querem implantar suas indústrias e incentivar, divulgar e facilitar a implantação de empreendimentos na área mineira da Sudene;



nº 6.985/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos alunos inscritos no Programa Poupança Jovem;

nº 6.991/2016, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e aos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão pedido de informações com vistas a apurar suposto atraso ou retenção de valores devidos a bancos que atuem com empréstimos consignados aos servidores públicos do Estado, por parte do governo estadual, bem como verificar se está havendo o repasse para somente um banco, em detrimento de outros, e desde quando estaria sendo feita essa apropriação e qual o valor acumulado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/10/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art. 13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.670, 4.726, 4.727, 4.728 e 4.729/2016, do deputado Cabo Júlio, e 5.590 e 5.591/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 5.541/2016, do deputado Felipe Attiê, e 5.561/2016, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei n°s 2.816/2015, do governador do Estado; 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva, e 3.192/2016, do governador do Estado;

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado; 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, e 3.323/2016, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 5.366/2016, do deputado Léo Portela; 5.470/2016, da Comissão de Direitos Humanos; 5.473/2016, do deputado Léo Portela; 5.474/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.479 e 5.488/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nos 3.038/2015, do deputado Vanderlei Miranda, e 3.286/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 3.557/2016, do deputado Dilzon Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.521/2016, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.404 e 5.441/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 5.436/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.440 e 5.540/2016, do deputado Felipe Attiê; 5.457/2016, do deputado Bosco; 5.504 a 5.507/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; e 5.563/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.541/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Requerimentos nºs 5.084/2016, do deputado Braulio Braz; 5.334/2016, do deputado Wander Borges; e 5.336 e 5.492/2016, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.570/2016, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.051/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e 3.462/2016, do deputado Hely Tarquínio, e os Requerimentos nºs 5.285/2016, do deputado Bosco, e 5.333/2016, do deputado Wander Borges, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Fred Costa e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2016.

Noraldino Júnior, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

“PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016*

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 – para o exercício 2017.

Art. 1º – Esta lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 – para o exercício 2017, conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 21.968, de 14 de janeiro de 2016.

Art. 2º – A revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 – para o exercício 2017, organiza a ação governamental em programas e ações de acompanhamento intensivo e geral, que visam a atender ao conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – e aos objetivos estratégicos definidos para cada uma das áreas e eixos oriundos do processo de elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

§ 1º – Os ODS configuram-se como desdobramento do compromisso do Estado em adotar o disposto na agenda universal “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovada pela cúpula das Nações Unidas.

§ 2º – Os ODS são compostos por 17 objetivos:

- I – erradicação da pobreza;
- II – fome zero e agricultura sustentável;
- III – boa saúde e bem-estar;
- IV – educação de qualidade;
- V – igualdade de gênero;
- VI – água potável e saneamento;
- VII – energia limpa e acessível;
- VIII – trabalho decente e crescimento econômico;
- IX – indústria, inovação e infraestrutura;
- X – redução das desigualdades;
- XI – cidades e comunidades sustentáveis;
- XII – consumo e produção responsáveis;
- XIII – ação contra a mudança global do clima;
- XIV – vida na água;
- XV – vida terrestre;
- XVI – paz, justiça e instituições eficazes;
- XVII – parcerias e meios de implementação.

Art. 3º – Os Anexos I, II, III, IV e V integram esta lei, nos seguintes termos:

I – o Anexo I contém os programas da administração pública estadual organizados por Território de Desenvolvimento definidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI;

II – o Anexo II contém os programas e as ações da administração pública estadual organizados por setor de governo;

III – o Anexo III contém os programas e as ações do PPAG organizados por eixo;

IV – o Anexo IV contém o demonstrativo de programas e ações incluídos e excluídos, com a exposição sucinta dos motivos que justificam a alteração;

V – o Anexo V contém as alterações introduzidas no âmbito do Poder Legislativo a serem incorporadas pelo Poder Executivo aos Anexos I a III desta lei;

§ 1º – Os Anexos I, II e III desta lei, depois de efetuada a incorporação a que se refere o inciso V do *caput*, atualizam os Anexos I, II e III da Lei nº 21.968, de 2016, contendo as respectivas inclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas em programas, indicadores, ações e demais atributos.

§ 2º – Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 21.968, de 2016, os programas e as ações a que se referem os incisos I, II e III do *caput* adotam uma perspectiva de planejamento de quatro anos, especialmente no que diz respeito aos valores físicos e orçamentários das ações, como referência permanente para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º – Consideram-se dispositivos do inciso V do *caput* os itens constantes no Anexo V desta lei.

Art. 4º – A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – publicará informações sobre a programação e execução territorializada das metas físicas e orçamentárias, sobre o desempenho das ações e dos programas, inclusive dos programas sociais, nos relatórios anexos aos relatórios bimestrais de monitoramento do PPAG 2016-2019, para o exercício 2017.

Art. 5º – Os Poderes Legislativo e Executivo efetuarão os ajustes decorrentes de emendas parlamentares e necessários à compatibilização do planejamento para o exercício de 2017 contido na revisão do PPAG 2016-2019 e na Lei Orçamentária Anual para o mesmo exercício.

Art. 6º – O Poder Executivo, a fim de viabilizar a compatibilização entre o planejamento e o orçamento para o exercício de 2017, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas, indicadores e dotações orçamentárias, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, ou de alterações de suas competências ou atribuições, autorizados por lei, que altere a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para fins do art. 204 do Regimento Interno.

* – Publicado de acordo com o texto original.

– A Mensagem nº 199/2016, que encaminhou este projeto, foi publicada na edição de 6/10/2016.

– Os anexos deste projeto de lei estão disponíveis nos *links* a seguir:

Anexo I – Programas por Território e Eixo

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/405/1089405.pdf>

Anexo II – Programas e Ações por Setor de Governo e Anexo IV – Programas e Ações Incluídos e Excluídos

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/406/1089406.pdf>

Anexo III – Programas e Ações por Eixo

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/407/1089407.pdf>

“PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016*

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017.

Art. 1º – Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2017, compreendendo, nos termos do art. 157 da Constituição do Estado e do art. 4º da Lei nº 22.254, de 25 de julho de 2016:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 2º – O Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2017 estima a receita em R\$87.271.232.631,00 (oitenta e sete bilhões, duzentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e trinta e um



reais) e fixa a despesa em R\$95.335.872.482,00 (noventa e cinco bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e dois reais).

Art. 3º – As receitas do Orçamento Fiscal serão realizadas mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º – Os demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado estão contidos no Anexo I.

Art. 5º – As despesas dos órgãos e entidades compreendidos no Orçamento Fiscal serão realizadas segundo a discriminação constante nos Anexos II-A e II-B.

Parágrafo único – Cada crédito consignado a projeto, atividade e operações especiais constantes nos anexos a que se refere o *caput* integra esta lei na forma de inciso deste artigo, identificado numericamente pela respectiva codificação orçamentária.

Art. 6º – O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado estima as fontes e fixa os investimentos em R\$8.317.132.542,00 (oito bilhões, trezentos e dezessete milhões, cento e trinta e dois mil e quinhentos e quarenta e dois reais).

Art. 7º – Os investimentos das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado serão realizados segundo a discriminação por projeto, atividade e operações especiais constantes no Anexo III.

Parágrafo único – Os projetos, as atividades e as operações especiais constantes no Anexo III integram esta lei na forma de incisos deste artigo, identificados numericamente pela respectiva codificação orçamentária.

Art. 8º – A Distribuição Territorial dos Investimentos está especificada no Anexo IV.

Art. 9º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento fiscal até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada no art. 2º.

Art. 10 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento sob a gestão do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dos órgãos do Poder Judiciário, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total fixado para cada um, com recursos provenientes de:

I – excesso de arrecadação das contribuições previdenciárias;

II – excesso de arrecadação ou superávit financeiro apurados em balanço patrimonial do exercício anterior de convênios, acordos, ajustes e respectivas contrapartidas.

Art. 11 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado até o limite de 10% (dez por cento) do valor referido no art. 6º.

Parágrafo único – Não onerarão o limite estabelecido no *caput* as suplementações realizadas com recursos provenientes das operações das empresas controladas pelo Estado e com outros recursos diretamente arrecadados por essas empresas.

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito para o refinanciamento da dívida pública estadual.

Parágrafo único – A contrapartida de recursos ordinários do Tesouro Estadual às operações de crédito contratadas pelo Estado prevista para o exercício de 2017, no âmbito do Poder Executivo, será consignada na dotação Encargos Gerais do Estado, sob responsabilidade da Seplag, e a alocação de créditos aos órgãos e entidades estaduais será realizada nos termos de regulamento.

Art. 13 – A ordenação de despesa dos benefícios previdenciários da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar, da Procuradoria-Geral de Justiça, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, quando executada em ações orçamentárias próprias alocadas ao Funfip, será realizada por esses órgãos.

Parágrafo único – Para os fins do disposto no art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o cômputo da despesa a que se refere o *caput* obedecerá ao limite fixado para cada órgão ordenador da despesa.

Art. 14 – As disposições do Anexo VI desta lei, consideradas incisos deste artigo, constituem alterações do orçamento aprovadas pelo Poder Legislativo, as quais serão, salvo em caso de veto, incorporadas pelo Poder Executivo aos Anexos I a IV.

Art. 15 – Cabe aos Poderes Legislativo e Executivo assegurar a compatibilidade entre o planejamento para o exercício de 2017 contido no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 e a Lei Orçamentária Anual para o mesmo exercício, ficando autorizados os ajustes necessários à plena compatibilidade.

Art. 16 – O Poder Executivo, a fim de viabilizar a compatibilização entre o planejamento e o orçamento para o exercício de 2017, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas, indicadores e dotações orçamentárias, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades ou de alterações de suas competências ou atribuições, autorizados por lei que altere a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo.

Art. 17 – Esta lei vigorará no exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.”

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

* – Publicado de acordo com o texto original.

– A Mensagem nº 200/2016, que encaminhou este projeto, foi publicada na edição de 6/10/2016.

– Os anexos deste projeto de lei estão disponíveis nos *links* a seguir:

Anexo I – Orçamento Fiscal e Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/408/1089408.pdf>

Anexo IIA – Orçamento Fiscal

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/409/1089409.pdf>

Anexo IIB – Orçamento Fiscal

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/410/1089410.pdf>

Anexo III – Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/411/1089411.pdf>

Anexo IV – Distribuição Territorial dos Investimentos

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/412/1089412.pdf>

Quadros de Detalhamento da Despesa

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/89/413/1089413.pdf>



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/10/2016

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, Dr. Hely Tarquínio, grande médico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, deputado ao lado de quem pude acompanhar, em Lagamar, a brilhante vitória do prefeito Zico e a importância de ver um homem com a vida de serviço prestado aos mais pobres. “Você me operou”, “você me salvou”, “você foi muito bom para mim” – o Hely não sabe



nem quem é, mas ele foi um grande cirurgião. Hoje não está na ativa, não é, Hely? Um grande cirurgião do interior de Minas Gerais, Dr. Hely Tarquínio. Por isso, sem dúvida é querido pelo povo, por salvar vidas.

O presidente* – Obrigado.

O deputado Felipe Attiê – O senhor, meu amigo Dalmo, que está até queimado de tanto pedir voto no sol, um incansável trabalhador... A Dalva precisa passar em você protetor solar, porque você queimou demais de tanto pedir voto, Dalmo. O Dalmo é um incansável lutador do Sul de Minas, das indústrias, dos empregos, do povo do Sul de Minas, um grande amigo que adquirimos aqui na Assembleia Legislativa.

Quero dizer aos amigos da Casa, aos Srs. Deputados que hoje é um dia de reflexão. Quero cumprimentar a cidade de Uberlândia, que por 72,8% de seus votos elegeu em 1º turno o ex-prefeito, deputado federal Odelmo Leão Carneiro Sobrinho. O Odelmo praticamente fez campanha sem sair de casa, como diz o jargão popular. Ganhou a eleição em Uberlândia e ganhou um dos maiores problemas de Minas Gerais, senão o maior problema de Minas Gerais, que é a situação, o estado financeiro, o caos em que o PT colocou Uberlândia, destruindo a cidade nos últimos quatro anos de governo. Tanto é que vocês viram, o atual prefeito ficou em terceiro lugar, com uma votação ridícula. Na verdade, avisei isso aqui: competência se estabelece. Parabéns ao prefeito Odelmo Leão. Que Deus o abençoe e o ilumine ao pegar um dos maiores pepinos do Estado de Minas Gerais, que se tornou a cidade de Uberlândia, e que ele possa reconstruir, como ele disse, a cidade depois desse *tsunami* vermelho que lá durou quatro anos.

Sr. Presidente, quero também saudar o prefeito de Monte Carmelo, esse jovem que pela quarta vez é prefeito da cidade, Dr. Saulo Cardoso. O Dr. Saulo, prefeito de Monte Carmelo, foi eleito em 1º turno, com 75% dos votos. Monte Carmelo também tinha sofrido um *tsunami* vermelho por quatro anos. Na verdade, o *tsunami* ocorreu lá em Uberlândia há quatro anos e chegou a Monte Carmelo, onde o PT elegeu um candidato lá. Os dois perderam com 75%. Será que há alguma coisa em comum nisso? Administrações que perdem com 75%, 72% têm alguma coisa em comum?

Quero cumprimentar também o prefeito Fradique, que em Campina Verde foi vitorioso, e os prefeitos que foram eleitos, de forma geral. Em Gurinhatã, o prefeito Wender também foi um prefeito vitorioso. O Wender é um jovem empresário que pela primeira vez será prefeito na cidade de Gurinhatã. Queremos falar da alegria e da satisfação pela eleição desses prefeitos e de outros que vamos citar aqui ao longo do nosso discurso, que foram prefeitos que ganharam a eleição legitimamente pelo povo, uma eleição difícil.

A eleição mudou bastante, o prato ficou pequeno, os recursos ficaram escassos, a população está muito desinteressada, o nosso sistema político é anacrônico, um sistema velho, um sistema ultrapassado. Os partidos políticos não têm força nenhuma. As pessoas votam nos candidatos, e os candidatos ficam com o programa nas suas cabeças. Ninguém é mais comprometido com partido político. É a deterioração do Brasil com 33 partidos políticos, sem voto distrital, um voto proporcional maluco, uma campanha cada vez mais sem condições de ser colocada, estão se encurtando os prazos para beneficiar quem já é deputado, quer dizer, fazer uma lei que nunca será em benefício de todos. Então, na verdade, o sistema político brasileiro está falido, desatualizado, o que levará à abstenção que vimos, por exemplo, aqui na cidade de Belo Horizonte.

E por falar em Belo Horizonte, quero cumprimentar esse grande deputado, que foi a pessoa que me recebeu aqui na Assembleia de Minas, um homem experiente, um homem honrado, honesto, um homem temente a Deus, o deputado João Leite. Homem sério, homem de proposições, o deputado João Leite foi brilhante no 1º turno, e desejamos a ele toda a felicidade e toda a sorte para vencer as eleições em Belo Horizonte, porque é um homem digno, merece ser prefeito de Belo Horizonte pela sua experiência, pela sua competência, pela sua seriedade e pela sua capacidade de diálogo.

Não é fácil lidar com uma câmara municipal com mais de 30 vereadores. A Câmara Municipal de Belo Horizonte tinha 21 vereadores, depois passou para 27, aí virou um caos administrar a cidade, porque são mais 6 vereadores, mais problemas, mais atendimentos, mais exigências partidárias, é mais difícil aprovar projetos na Câmara pelo prefeito. A Câmara de Belo Horizonte, se não me engano, tem mais de 35 vereadores. Não sei como está hoje a Câmara da capital, então é preciso um homem para impor os

projetos de modernidade, de seriedade, de honestidade, como o deputado João Leite, e tenho certeza de que o povo de Belo Horizonte vai aprová-lo. Quero cumprimentá-lo, sem dúvida, nessa questão também.

Acho que o recado foi dado nas urnas. Vimos que o povo quer mudança, quer que haja reforma no sistema partidário-eleitoral-político brasileiro. Os políticos têm de deixar o *status quo* de lado, ou seja, ao votar alguma proposição, não devem pensar só na reeleição, só nas regras que lhes interessam, na regra mais fácil, na regra que lhes permite ser reeleitos mais rápido, de forma mais segura. Eles devem votar um projeto para o Brasil ter um sistema partidário, um sistema eleitoral que represente sua população, um sistema em que o eleitor se identifique e cobre dos seus representantes.

Que não seja o que vejo em pesquisas há muitos anos. Primeiro, 50% da população não tem nenhum interesse em política, nunca teve. Desde 1993 vejo política, 25% tem pouco interesse e 25% tem muito interesse em política. Na verdade, precisamos ver essa questão do voto obrigatório, porque o povo já está deixando de votar. Um sujeito me falou: “Nem se eu for preso eu voto”. Então, para que o voto obrigatório? Na verdade, é uma coisa que o Brasil precisa repensar porque a pessoa que não quer informação de política, que só aceita informação de futebol, de novela, de outras coisas, acha que está tudo igual, que está tudo da mesma forma, ela não compreende isso, não gosta do sistema político, não quer saber disso, não é um problema do Brasil. Lá no Japão aparecem 40%, 45% das pessoas para votar. Nos Estados Unidos não dá mais que 50%, nunca. Na França, a mesma coisa; na Inglaterra, a mesma coisa. No mundo civilizado, o índice de comparecimento é de 50%, 40%. Na verdade, para que forçar a pessoa que se nega a receber informações e depois mandá-la tomar uma decisão? Como ela vai tomar essa decisão se ela não quer ter esse tipo de informação durante os quatro anos do mandato de um parlamentar? Aí ela vai ouvir falar no ônibus, vai catar um papel no chão, vai acreditar nas montagens e mentiras que existem na internet à vontade, porque a internet virou uma terra sem lei, uma terra de ninguém. Aí se fazem montagens com programas de computadores, imita-se voz, faz-se ficção, e prejudicam a pessoa, e essa pessoa se informa por boatos, se informa mal porque tem de se informar nas vésperas de votar, só no período de eleição, que é conturbado, tem 500, 600, 1.000 candidatos a vereadores, então ela não consegue achar um Legislativo. Ela se informa pela televisão, vagamente, durante o processo eleitoral, ela não tem como ter uma boa decisão. Sem informação na sociedade moderna, sem querer receber uma informação, não se tem como tomar uma decisão correta e acertar o voto.

Vemos que 50% da população não tem interesse algum por política. Parece o mesmo índice, em termos de comparecimento, no Japão, na Alemanha, nos Estados Unidos e na França. As pessoas não comparecem para votar. Sem dúvida, devemos ter atenção a isso. Realmente, é difícil obrigá-las a votar. Aí começa a reforma partidário-eleitoral no Brasil, a reforma do voto. A instituição está em descrédito e não está conseguindo representar os representados.

Meu colega Mourão, esse grande líder político de Governador Valadares, está solicitando a palavra. É um grande companheiro que temos aqui. Aliás, nós dois fomos contrários aos depósitos judiciais. Cansamos de falar que era um confisco, que era irregular, que era inconstitucional. Expliquei a vocês, mostrei o Código de Processo Civil, que diz que apenas o juiz pode autorizar a retirada da conta. Também disse que era contra a lei ordinária, contra as leis federais. O Mourão esteve aqui e deu um *show* como grande advogado e constitucionalista que é. Falamos, falamos, falamos, e o STF fez o quê? Afirmou que era irregular a lei que a Assembleia, que os cabeçudos votaram aqui a toque de caixa. Eu cansei de falar nas comissões. E, por unanimidade, pumba!, o STF disse que a lei dos depósitos judiciais que confisca o dinheiro de particulares é inconstitucional, não tem valor em Minas Gerais e ponto final, não há recurso. Falei para vocês não votarem a proposta, mas o povo do governo teimou e agora terá de devolver o dinheiro dos depósitos judiciais de terceiros, de particulares. Sabe como o governador vai fazer a devolução? Com calote, com precatório judicial, dirá que tem dinheiro para pagar. Aí a lei não terá mais validade. O que acontecerá? O cidadão ganhará a ação, irá à Justiça, mas não verá o dinheiro. Mourão, eu avisei que isso aconteceria, que a lei seria considerada inconstitucional. O governador dirá: “Eu fiz a lei e até faria o fundo de recomposição e devolveria o dinheiro ao Tribunal de Justiça. Mas o STF disse que ela é inconstitucional, e eu não tenho dinheiro para devolver, os R\$4.000.000.000,00, R\$5.000.000.000,00 que peguei. Agora vou pagar em precatórios”. E quem tinha o dinheiro do aluguel, a D. Maria e o Sr. Joaquim, não receberão seu dinheiro.



O deputado Bonifácio Mourão* (em aparte) – Deputado Felipe Attiê, agradeço muito a atenção de V. Exa. Nesse tema dos depósitos judiciais, eu e os deputados Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa fomos ao STF e fizemos a sustentação da nossa defesa, da inconstitucionalidade do projeto. E ele acabou nos dando razão no julgamento, considerando totalmente inconstitucional o repasse dos depósitos judiciais para o Executivo de Minas Gerais.

Aproveitamos a oportunidade para dirigir uma saudação muito eloquente ao prefeito e ao vice-prefeito eleitos de Governador Valadares, André Merlo e Dr. Luciano, que tiveram 81% da votação do município. O segundo colocado obteve 10%, o PT foi o terceiro colocado, com apenas 7% da votação. Foi realmente uma vitória consagrada. Temos convicção de que o prefeito eleito André Merlo e o vice, Dr. Luciano, do PSDB, farão uma administração à altura da esperança e dos méritos do povo de Governador Valadares, com o nosso apoio, sem a menor dúvida.

Saudamos também o nosso eminente deputado João Leite e o deputado Sargento Rodrigues pelo desempenho que tiveram aqui na campanha de Belo Horizonte. O deputado João Leite está no 2º turno. Quero dar o meu testemunho. Convivo com esse parlamentar há mais de 20 anos, tenho por ele a melhor das impressões e a mais alta admiração. Trata-se de uma pessoa com dignidade excepcional, um senhor pai de família, uma pessoa religiosa e revestida de toda qualidade, competência e experiência para ser o grande prefeito que Belo Horizonte está precisando. Se Deus quiser, ele será, com o nosso apoio.

Quero também saudar todos os prefeitos eleitos, todas as pessoas que disputaram, dignamente, estas eleições.

Quero dizer que, além das considerações já feitas pelo deputado Felipe Attiê, entre as virtudes das alterações na legislação eleitoral, as maiores que estamos vendo são: primeiro, a redução de gastos na campanha. Agora, boa parte dos candidatos não se elegem mais pelo valor que têm no bolso, mas pelo valor do seu caráter. Isso é essencial para se dignificar a política no País, principalmente a gestão pública, o exercício de mandato de um modo geral. A redução do tempo de campanha também foi de fundamental importância. Esperamos que essas alterações continuem cada vez melhores para que possamos cada vez mais eleger pessoas que têm reais condições morais e dignas e competência para ocupar cargos públicos neste país. Muito obrigado, deputado Felipe Attiê.

Gostaria de parabenizar os deputados Luiz Humberto e Arnaldo, que também estiveram com vários, com a maioria desses prefeitos que citei aqui.

Cumprimento também a Dione, prefeita, e o Nacif, seu vice-prefeito lá em Coromandel, pela brilhante vitória que tiveram. Meus parabéns! Estivemos no palanque deles. Cumprimento também a Dayse, eleita em Estrela do Sul – uma mulher guerreira, de família tradicional na política daquela cidade. Venceu brilhantemente. Cumprimento, também, o Adilson, que foi segurança na cidade de Uberlândia, trabalhou na empresa Rodoban. É um homem honesto e honrado. Mudou-se para Vazante e foi eleito prefeito daquela cidade. Ele é nosso amigo, bem como do Alessandro, meu chefe de gabinete. Ele foi uma grande revelação e uma surpresa naquela cidade como prefeito eleito. O Tepira, também, foi o meu prefeito eleito na cidade de Rio Paranaíba, um homem também honrado e correto. Cumprimento também o vereador Maycon. Agradeço-lhes. Cumprimento também, Sr. Presidente, o Aracely de Paula, em Araxá, por sua reeleição. Foi brilhante. Estivemos lá com ele dois dias antes. Saúde do povo de Araxá, que é uma cidade maravilhosa e boa, pela escolha. Sem dúvida achamos que as eleições correram muito tranquilamente. Cumprimento também o Lindomar, prefeito eleito de Indianópolis. Ele, inclusive, foi vítima de um atentado. Parabéns, Lindomar. O povo de Indianópolis soube escolher com uma ampla vantagem, uma esmagadora vitória de mais de 70 por cento. Sem dúvida, ele será um grande prefeito daquela cidade.

São esses quem tenho a cumprimentar, saudando a democracia, o último pleito e dizendo que precisamos aperfeiçoar e mudar a legislação eleitoral-partidária no Brasil para dar mais credibilidade ao voto junto ao povo. Isso é muito importante. Essas reformas são necessárias. São a mãe de todas as outras reformas, como disse aqui o deputado Durval Ângelo, com quem concordei. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, colegas da plateia, gostaria de iniciar o meu discurso fazendo uma saudação aos mais de sete mil novos agentes, seguranças prisionais, agentes socioeducativos que, finalmente, estarão sendo nomeados nos próximos dias num concurso que se arrastava desde 2013. Faz quase três anos que aquelas pessoas, por mérito próprio, passaram num concurso público, estudaram, passaram por todas as etapas. Alguns vieram de outros lugares, como o meu amigo Fábio, que veio de Pernambuco para cá no concurso de 2012.

Quero saudar esses novos agentes que estão integrando a nossa Secretaria de Administração Prisional depois de três anos sofrendo. Embora tenha havido gente que fez de tudo para que o concurso não andasse, embora algumas pessoas tenham tentado atrasar por quatro ou cinco vezes esse concurso, estamos fazendo esse concurso chegar ao fim. Em concurso público se passa por mérito; entra quem estudou, quem passou na prova, quem pagou um preço. Queria dar os parabéns e as boas-vindas a esses novos agentes – homens e mulheres –, que vão assumir por meritocracia o seu cargo, pelo qual pagaram um grande preço.

Queria também dar uma explicação sobre o que aconteceu ao longo dos anos nessa relação de contratos que existia no Estado. Bem, o Ministério Público Estadual entrou com uma ação civil pública questionando por que o Estado tinha contratos que, em vez de serem de seis meses, eram de 10, 15, 20 anos. Que modalidade excepcional era essa, que virava ordinária? O Ministério Público Estadual entrou com uma ação civil pública contra o Estado, que assinou um termo de ajustamento de conduta – TAC – em que deveria extinguir esses contratos no ano passado. Como havia um concurso de 2012/2013 se arrastando, o Estado mostrou ao Ministério Público que não havia condições e deu andamento a esse concurso. Então isso está acontecendo por uma imposição do Ministério Público. No ano que vem vamos abrir um novo concurso público, em que vamos criar a prova de títulos, para dar mais uma chance aos colegas que estão no contrato. Embora algumas pessoas fiquem enchendo linguiça e mentindo, não há a menor possibilidade de fazer uma Lei nº 100 no sistema prisional. O Supremo já disse não, por 11 votos a zero, quanto à forma de ingressar no Estado sem concurso público.

Presidente, queria fazer esta saudação aos novos agentes que estão chegando. Sejam muito bem-vindos. Mereceram, fizeram por onde. Não devem nada a ninguém. Não entraram pelas mãos de ninguém. Entraram por mérito próprio.

Queria falar do que me trouxe a esta tribuna e que foi o grande sonho do sistema prisional – que é a segunda grande força hoje; o sistema prisional tem mais efetivo que a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros juntos. Mais de vinte mil homens e mulheres tinham um grande sonho: criar a Secretaria de Estado de Administração Prisional. Por quê? Porque o sistema prisional era uma subsecretaria da Seds, ou seja, o subsecretário despachava com o secretário adjunto, que despachava com o secretário de Estado, que despachava com o secretário de Governo, que despachava com o governador. Não havia nenhuma autonomia financeira, orçamentária nem política. Tínhamos um sonho: criar a Secretaria de Administração Prisional para dar celeridade, ter recurso, ter autonomia financeira, orçamentária, poder de luta, de mando, melhorar o sistema. Qual era a ideia desse sonho? A ideia era justamente acabar com essa novela da lei orgânica, que nunca andava. A Polícia Civil tem uma lei orgânica, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm sua lei orgânica, o estatuto de pessoal, que é a Lei nº 5.301, mas o sistema prisional tem apenas um capítulo no Estatuto do Servidor Público, que regula mais de quinhentos mil homens. Uma das coisas pelas quais se lutou – lutei muito como deputado da base com o governo do Estado para criar essa secretaria, que inicialmente seria uma secretaria extraordinária, mas lutamos para que fosse uma secretaria de Estado – foi para valorizar essa grande força, cuidar da progressão, do porte de arma, da lei orgânica. Para nosso espanto, lamentavelmente, esse sonho virou um pesadelo, virou um cabide de emprego. Lamento muito dizer que no meu governo a Secretaria de Administração Prisional virou um cabide de emprego. E um cabide de emprego de quem? De coronéis e de delegados. Ora, o sistema tem mais de vinte mil homens, mas estamos dizendo que eles são incompetentes e vamos buscar lá na Polícia Militar ou na Polícia Federal ou na Polícia Civil alguém competente, porque entre eles não há. Um superintendente foi trocado, e em seu lugar foi colocado um coronel da PM.



O que um coronel da PM entende de sistema? Nada. Depois, trocaram a diretora de apoio logístico, que era uma agente de carreira, e nomearam – pior ainda – um advogado que nunca passou na porta de uma cadeia e ainda sobrinho do subsecretário. Houve uma grande reação da classe por causa da demissão de agentes de carreira para colocar gente que nunca passou na porta de uma cadeia. Voltaram atrás.

Gente, pensem antes de fazer. O sistema não é cabide de emprego. Agora tive notícia de que convidaram um delegado da Polícia Civil para entrar no lugar de outra agente de carreira na assessoria de inteligência, ou seja, vamos buscar alguém fora, porque são todos incompetentes. Criaram um cabide de emprego de coronel e de delegado.

Queria me dirigir ao governador – estarei com ele amanhã, almoçaremos com ele e lhe direi isso: “Tudo o que se sonhou foi para isso? Para pegar o sistema, chamar os agentes de incompetentes e entregar na mão de pessoas de fora?”. Tente fazer isso na PM, tente chegar na Polícia Militar e colocar um coronel do Exército para comandar a PM. Tente fazer isso! Tente, na chefia da Polícia Civil, convidar um delegado da Polícia Federal para ser o chefe da Polícia Civil. Tente fazer isso! Não ficará um dia. Mas no sistema pode. A gente chama coronel, delegado. Tem até, com todo respeito, gente do lixo que está comandando cadeia. Essa é nossa realidade hoje.

Governador, vou falar isso para o senhor amanhã e estou adiantando. O senhor está criando com essa atitude um desprestígio. Se a ideia de criar a secretaria era prestigiar a classe e fazê-la andar, o que se está criando, muito pelo contrário, é um cabide de emprego. E não discuto sobre secretário, secretário desembargador. Secretário é cargo político, de livre nomeação do governador, assim como secretário adjunto. Pode ser quem for. Pode ser o desembargador, o juiz, quem for, mas os cargos de operacionalidade do sistema são do sistema. Não podemos achar que um cara que chegou da Polícia Militar – e não conheço, não sei se é bom, se é ruim, não estou falando contra a pessoa, estou falando contra o modelo... É um desprestígio o que se está fazendo.

O governo do Estado deu uma bola para frente e está dando 10 para trás. Obviamente os agentes vão reagir contra isso, assim como reagiram quando a Juliana foi demitida para entrar um advogado que não se sabia quem era. Depois se descobriu, deputado Wilson, que ele era sobrinho do secretário que acabou de pedir demissão. Ele pediu demissão em um dia e nomeou o seu sobrinho, que não é do sistema, no outro. E a classe reagiu.

Tememos isso. Esse sonho está virando um pesadelo, e esperamos que o governo do Estado, enquanto dá tempo, resolva isso. Se a ideia de criar a secretaria foi para valorizar a classe, não a encha de coronel, mande esses coronéis para a Polícia Militar. Está faltando delegado nas delegacias. Existe o plantão regionalizado porque está faltando delegado, mas estão mandando para a secretaria. É isso que não consigo entender, essas coisas de maluco.

Olhe, entre os mais de 20 mil homens, há muita gente competente, governador. Se quiser valorizar a classe, não busque de fora, não é assim que se faz. Até porque é uma aberração, deputado Carlos Pimenta, o cara que nunca passou na porta de uma cadeia, de repente, vira gestor de presídio. O cara vira superintendente, mas ele não sabe nem onde estão os presídios, ele não é da área. Esse negócio de cabide de emprego é tudo contra o que lutamos, e agora o nosso governo está fazendo isso: um cabide de emprego na Secretaria de Administração Prisional – Seap.

Já estamos com cerca de oito requerimentos, estamos chamando o subsecretário aqui para explicar um monte de coisas. Ele vai montar uma casinha e vai morar aqui, porque há oito requerimentos de convocação para ele vir explicar. Não é contra ele, é contra o modelo de que ele se predispôs a cuidar e que não conhece, porque não é do meio. O lugar de agente é na Seap, a secretaria é para quem é agente prisional. Como o próprio nome diz, Secretaria de Administração Prisional é para quem é agente prisional. Quem é de fora deve ser secretário. Nomeie o delegado secretário, no lugar de desembargador, onde quiser.

Estou alertando. Quem é amigo alerta. A insatisfação generalizada desse cabide de emprego vai explodir. Vou dizer amanhã para o governador e estou dizendo aqui claramente: “Chega de cabide de emprego”.



O deputado Doutor Wilson Batista* (em aparte) – Obrigado, deputado Cabo Júlio, por esta oportunidade. Gostaria de dar um testemunho a respeito das eleições municipais das quais participei ativamente e de parabenizar o crescimento do PSD. Nós que, até estas eleições, tínhamos 29 prefeitos, hoje, contamos com 56 eleitos em Minas Gerais; e também cresceu, de maneira muito importante, o número de vereadores.

Gostaria de deixar um testemunho a respeito dessa pequena mudança eleitoral das campanhas eleitorais de 90 dias para 45 dias e da aprovação que testemunhamos junto aos candidatos, nestas eleições. A campanha se tornou mais dinâmica com esse tempo mais curto de 45 dias, reduziu-se drasticamente o confronto entre os candidatos e, além disso, de forma muito importante, reduziram-se os custos das campanhas eleitorais. Essa foi uma modificação que parece pequena, mas que deu um resultado imenso às campanhas municipais, tornando-as mais competitivas, com menos avanço do poder econômico. Essa foi uma campanha que deu oportunidade a todos, porque, no passado, com o tempo de 90 dias, elas acabavam consumindo um gasto muito maior, o que não permitia que candidatos com poder econômico menor tivessem a mesma oportunidade de vencer as eleições. Então, gostaria de deixar o registro, o testemunho de que a modificação de uma campanha de 90 para 45 dias trouxe um excelente resultado, sobretudo nas campanhas municipais e nas cidades do interior de Minas Gerais. Obrigado.

O deputado Cabo Júlio* – Presidente, quero encerrar dando boas-vindas ao Lucas, ao PQD, ao Wesley e a todos os 7 mil que, por mérito próprio, estudaram, passaram no concurso e fazem jus a essa nomeação. Parabéns! Bem-vindos! Viva a meritocracia!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Por falar em americano, presidente, como V. Exa. também é americano, somos os únicos que poderiam ter votado. Nem cruzeirense nem atleticano poderiam votar nesta eleição, porque não têm título neste ano. Quem tem título de campeão mineiro é o América. Vamos nos lembrar disso. De cara, digo isso a V. Exa.

É com muita alegria que ocupo esta tribuna após um momento de democracia, em que fomos às urnas, no último dia 2, para eleger os nossos prefeitos e os nossos vereadores. Gostaria de desejar um bom trabalho a todos os prefeitos que assumirão, a partir do 1º de janeiro, e que começarão uma nova caminhada com o governo estadual. Vejo que o governo estadual pouco poderá ajudar essas prefeituras, pouco poderá fazer por esses prefeitos, pela falta de recurso. Vamos lembrar: infelizmente, o Brasil está esculhambado.

Em março do ano passado, ocupei a tribuna para dizer que estava na hora de o Brasil mudar. A presidente Dilma tinha de ter batido a mão na mesa e pedido eleição geral com uma nova política, com novos costumes. No ano passado, no mês de março, coloquei à disposição o meu cargo de deputado, o meu mandato, e pedi a todos que fizessem o mesmo. Se a presidente Dilma tivesse feito isso, naquela hora, o Brasil hoje seria outro, poderíamos estar começando uma nova etapa, com uma constituinte exclusiva.

Os recados foram dados nas urnas. A população deu o seu recado: precisa haver mudança. Está na hora de haver uma constituinte exclusiva, sem político, com uma sociedade organizada traçando novas metas para o Brasil. Chega de politicagem no Brasil. Chega de deputados. Chega de os deputados estaduais, federais e os vereadores serem tocadores de obras. Deputado está aqui para legislar e para fiscalizar. É isso que o deputado precisa fazer. É preciso fazer boas leis. Aí, dou exemplo de algumas minhas: a lei antifumo, que foi um sucesso e mudou os costumes da população mineira; o passe livre para o estudante; e a ficha limpa. A primeira ficha limpa saiu desta Assembleia e, hoje, no governo de Minas, quem tem ficha suja não trabalha.

E criamos a TV Assembleia, que mostra a cara da Assembleia, a vida da Assembleia a todos os mineiros. Deputado não está aqui para trazer obra nem para levar emenda, deputado não está aqui para pedir dinheiro ao governo federal. A obrigação do governo federal é fazer os programas sociais e mandar esses programas a todas as prefeituras, Belo Horizonte, Ibirité, Sabará, a todas as cidades. Por falar em Sabará, quero parabenizar meu amigo Wander Borges pela bela eleição, pela votação que teve lá.

Unificar as eleições é preciso. Temos aqui alguns deputados que vão deixar a Assembleia e irão para as cidades, ser prefeitos. Se a eleição fosse unificada, vereador seria vereador, deputado seria deputado, prefeito seria prefeito, presidente seria presidente, senador seria senador. Você seria eleito para um cargo e ficaria ali durante os quatro anos. A confiança da população está



acabando em descrédito, a população não está acreditando mais. Vejam o que aconteceu em Belo Horizonte, em que o João Leite teve 740 mil votos e o Kalil teve 710 mil, e a abstenção foi muito maior do que os votos dos dois. Quem ganhou? Kalil ou João Leite, que vão para o 2º turno? Não, ganhou o povo, que disse que tem de mudar. Como o deputado deixa uma Assembleia Legislativa e vai tocar uma prefeitura? Espere aí, quem tem vocação para ser legislador deve disputar um cargo no Legislativo; quem tem vocação para ser executivo deve disputar um cargo no Executivo. Isso, com está, tem de acabar. Falo isso com muita tranquilidade, pois há 22 anos deixava o mandato de vereador para ser deputado. O povo me elegeu para representá-lo em Belo Horizonte, e vim representar Minas Gerais inteira.

Falando de Minas, quero parabenizar os prefeitos que disputaram a eleição na minha cidade, Itabirito. Tive oportunidade, durante os 45 dias da eleição, de ir a Itabirito somente no dia da votação. Voto em Itabirito e exerci meu voto lá. Estão de parabéns pela campanha limpa, bonita, de propostas, que foi feita em Itabirito. E quero parabenizar o prefeito Alex Salvador, que foi reconduzido e será reconduzido nos próximos quatro anos. Quero parabenizar o candidato Orlando, que fez uma campanha brilhante, com propostas. Mas quem decide a eleição em Itabirito é o povo, não adianta o Alencar falar para votarem nesse ou naquele. O povo de Itabirito sabe votar. O povo de Itabirito sabe decidir quais os melhores caminhos. E como deputado com quase 15 mil votos nessa cidade, com tranquilidade falo que ajudaremos a cidade, o prefeito. Deixei isso muito claro durante a campanha. Perguntavam se eu não iria lá fazer comício ou subir no palanque do Orlando, do Alex. Não. Acho que quem decide é a população de Itabirito. Ao contrário de outros companheiros que, nas suas cidades, brigam e apoiam fulano ou sicrano, em Itabirito a população sabe escolher. A população sabe que estaremos na Assembleia Legislativa, preocupados com a cidade, preocupados com o bem-estar da nossa gente de Itabirito. Por isso mesmo fui votar e exercer o meu papel de eleitor e cidadão. Parabéns também aos vereadores eleitos, que farão o seu papel de fiscalizadores, ajudando o prefeito, sendo porta-vozes da população. Parabéns ao Alex. Parabéns ao Orlando. Parabéns aos que disputaram a eleição.

Não sou deputado de cargo. Se me falarem que vão me ajudar a me eleger e que darei um cargo em troca, dois, três, não sou disso, nunca fiz campanha desse jeito. Fiz campanha de trabalhar pela população. A população sabe que sou seu representante aqui, e faço jus aos votos que tive, porque tenho consciência de que sou empregado e quem paga o meu salário são os senhores e as senhoras. Por isso mesmo temos esses 28 anos de vida pública, que começaram em 1988, em Belo Horizonte.

Vendo agora a disputa ir para o 2º turno, mando um recado aos candidatos Kalil e João Leite: partido político é uma instituição falida no Brasil; não existe partido político. Hoje, temos de pedir o apoio dos homens, das pessoas. Em quantas cidades vi o presidente de um partido pedindo votos para outro partido... Isso é um absurdo. Como podemos aguentar isso? Como nossos filhos vão entender que em uma cidade de Minas foi feita uma coligação entre o PT e o PSDB? Os dois juntos? Isso não existe. Precisamos de uma reforma partidária, com urgência. O Brasil não aguenta mais. Nossos filhos não conseguem entender que na Assembleia Legislativa um partido seja contra um governo a que dá apoio, com tranquilidade, no Executivo. Se eu fosse um dos candidatos de hoje, Kalil ou João Leite, eu procuraria o homem, o cara em que as pessoas acreditaram. Chamaria, por exemplo, o candidato do PMDB, o Rodrigo, e pediria seu apoio. Porque os votos de Belo Horizonte não foram dados ao Rodrigo por causa do PMDB, por causa da legenda. Da mesma forma, os votos não foram dados ao Kalil pelo seu partido ou, muito menos, ao João Leite por seu partido. Os votos foram dados pelas propostas apresentadas pelos homens que são.

Aproveito para deixar um recado: Belo Horizonte tem agora a oportunidade de valorizar o funcionalismo público municipal, pois podemos tirar da prefeitura todo mundo de recrutamento amplo. Márcio Lacerda, que não tem compromisso com o Kalil ou o João Leite, vai sair. Então, sugiro ao eleito que mande todo mundo embora e deixe ali os concursados. Podem dizer a este deputado que o funcionário público não trabalha. Ora, dizem que o funcionário público não trabalha, mas tem gente ali de recrutamento amplo que ganha 10 vezes mais do que ele. Ele fez um concurso, está ali dentro trabalhando, e colocam para chefia-lo uma pessoa de recrutamento amplo, indicada por um vereador ou um partido político, para ser o chefe. O funcionário que está ali trabalhando e se dedica à prefeitura não consegue entender. Então, está na hora de valorizar esse funcionário e de diminuir o quadro.

Se o Kalil ou o João Leite, na prefeitura, acabarem com esse negócio de politicagem de cargos – de dar 10 cargos para um partido, 50 para o outro, 100 para o outro –, a economia será grande. A máquina está inchada. Estou fazendo um levantamento disso e, quando o apresentar aqui, vocês dirão que o Alencarzinho tem razão. E isso tem de acontecer em todas as prefeituras. Quem elege um novo prefeito, em uma prefeitura que está mudando, não o faz para que ele inche a máquina, mas para enxugá-la. “Ah, mas e o companheiro fulano e o companheiro sicrano?” O companheiro fulano ou o sicrano vai entender que temos de trabalhar para a cidade, para fazer uma cidade cada vez melhor.

Então, Sr. Kalil e Sr. João Leite, o recado foi dado: o povo quer mudança. É isso o que ele quer. Mas também vai ser duro termos um prefeito em Belo Horizonte que não obteve 50% dos votos. Ele vai administrar pela metade? Vai administrar com 20% ou 30% do eleitorado? Quem ele vai representar? Então, está na hora. Nos próximos 30 dias, teremos oportunidade de ouvir as propostas que serão apresentadas a Belo Horizonte. E tenho a certeza de que agora é hora de mostrar que precisamos mudar. Temos de mudar. As propostas do João Leite ou do Kalil devem ser propostas de mudança, para fazer uma cidade cada vez melhor. O que ouvi falar de UBS no debate político foi demais, mas as mudanças propostas eram poucas. Então, agora está na hora de falarem em que temos de mudar; está na hora de mostrarem isso na televisão, para vermos o que vai ser.

Mas também é preciso haver uma mudança geral, com uma constituinte exclusiva, unificação das eleições, fim das emendas parlamentares e uma reformulação dos partidos políticos. Como se entende que, em Brasília, seu partido é contra outro com o qual, aqui, está agarradinho? Que, na Assembleia Legislativa, são partidos contrários e, na prefeitura, estão juntos?

Isso não pode mais existir. Temos de mudar, começar a mudar, construir um País novo, porque, senão... Acho que quem está ficando velho sou eu mesmo. Hoje cedo eu dizia ao Ulysses: “Já fui colega do seu pai, fui colega da sua mãe”. Ele me falou: “Alencar, não é que está sem... Você é que está ficando velho. Você é que está na hora de sair”. De repente, está acontecendo isso mesmo. Não estou vendo luz no fim do túnel se não tivermos uma mudança geral, se a gente não começar a exigir. Vou dar um exemplo: esta Casa tem um projeto de minha autoria que propõe um plebiscito sobre o horário de verão, que começa no próximo dia 16. Quantas pessoas são contra o horário de verão? Quantas são favoráveis?

Na Bahia, o que fizeram? “Vamos deixar a população resolver”. Foi feita a pesquisa, e acabou: “Aqui não tem horário de verão”. Por que aqui, em Belo Horizonte, em Minas Gerais, esta Assembleia ainda não colocou em votação, em um plebiscito, horário de verão? No dia 16 esse horário começa. Quantas pessoas são contra? Entrem na minha rede social e baixem o meu aplicativo. O deputado Sargento Rodrigues já pegou o telefone e baixou o aplicativo: Alencar da Silveira Jr. Você pode baixar o meu aplicativo no seu telefone, faça como o Sargento Rodrigues, e ali você vai participar da minha vida pública.

Para finalizar, Sr. Presidente, está na hora de a Assembleia olhar o problema do horário de verão; está na hora de a gente votar aqui a realização de um plebiscito para saber se a população mineira quer ou não continuar com o horário de verão. Dia 16 ele começa. “Ah, fica muito em cima”. Está bom, mas não sou muito afoito: podemos esperar o próximo ano. Eu conversava com o Lúcio, aqui da Assembleia, ele me falou: “Não aguento o horário de verão, Alencar”. E falei: “Eu também não aguento a Assembleia não colocar uma coisa dessas em votação”. O presidente Adalclever vai colocar em votação. Podemos fazer um plebiscito. O custo é baixinho. Esse plebiscito poderia ser feito até agora, no 2º turno. Na hora em que você fosse bater o nome do prefeito de Belo Horizonte – mas tinha de ser em Minas Gerais inteira, para a gente fazer o plebiscito do horário de verão –, responderia a uma pergunta, por exemplo: “A população quer o horário de verão? É contra ou é a favor?” Se for a favor, continuamos; se for contra, paramos.

Um abraço a todos. Vamos mudar, Brasil. Está na hora de acabar com essa politicagem. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela* – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estou aqui hoje para levantar um questionamento. Vivemos hoje na era conhecida como pós-modernidade, meu presidente. V. Exa. discute muito bem filosoficamente



isso. Trago aqui as indagações de Zygmunt Bauman, professor das Universidades de Leeds e de Varsóvia, sobre a liquidez da pós-modernidade. Temos na pós-modernidade a liquidez da moral, a liquidez dos valores e, vejam bem, temos agora a liquidez dos direitos. Estou indignado. Não suporto mais a liquidez dos direitos na pós-modernidade, porque essa maldita liquidez tem trazido distorções gigantescas para a democracia.

Gostaria de ler o art. 208 do Código Penal Brasileiro, que diz o seguinte: “Escarnecer de alguém publicamente por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: detenção de um mês a um ano, ou multa”. Art. 208 do Código Penal Brasileiro, sobre crime em relação a sentimento religioso, ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

Estou cansado. Falo aqui hoje como um cristão, não apenas como um deputado, mas como um cidadão que está cansado do preconceito.

Não aguento mais acessar *blogs* da internet, principalmente *blogs* ligados aos “esquerdofrênicos”, *blogs* ligados à esquerda talibã, que agora se referem a evangélicos como “evanjegues”. Estou indignado com esse tipo de postura. Ninguém se levanta para dizer que isso é um crime. Estou indignado com a imprensa que, ao retratar um crime, seja ele qual for, noticia que o agente que cometeu esse crime é um evangélico. A notícia vem em letras garrafais: “Evangélico cometeu crime”. Não suporto mais essa discriminação no Brasil. Eu queria ver a imprensa publicar assim: “Negro cometeu crime” ou “Católico cometeu crime” ou “Macumbeiro cometeu crime” ou “Espírita cometeu crime”. Não suporto mais esse preconceito, esse ultraje no Brasil.

Na verdade, isso é fruto da pós-modernidade líquida, que liquefaz os valores da legislação brasileira. Não suporto mais, sob o manto do direito à livre expressão, a pessoa cometer esse tipo de crime. Ora, a liberdade de imprensa, a livre expressão não podem ser usados como manto que acoberta toda e qualquer prática delituosa. Não podemos mais aceitar isso no Brasil. No entanto, não vejo vozes indignadas se levantando nesse sentido. Quantos praticaram atos de corrupção nesse escândalo nefasto do petrolão? Alguém se levantou para questionar a religião deles? Ninguém. Ninguém noticiou se Antônio Palocci, católico ou seja lá qual for a sua religião, cometeu crime. Agora, o Eduardo Cunha... Não estou aqui fazendo a defesa dele. Creio que ele deva cumprir a pena relativa aos crimes que cometeu, caso isso seja provado. Deve cumprir as penas relativas aos crimes que cometeu. Mas, quando se referem a ele, referem-se ao evangélico Eduardo Cunha.

Por que isso no Brasil? Não é possível suportar mais o escárnio da imprensa e dos “esquerdofrênicos” em relação aos evangélicos. Não é possível suportar mais. Isso tem de acabar no Brasil, isso tem de acabar na imprensa brasileira, isso tem de acabar no meio político brasileiro, porque nós, que somos evangélicos e andamos pelos corredores ainda desta Casa, escutamos escárnio, piadinhas sobre a nossa religião. Tenho certeza de que evangélicos que exercem mandato parlamentar sofrem em todos os níveis de esferas de poder, seja municipal, estadual ou federal. Isso tem de acabar, isso é crime previsto no Código Penal contra o sentimento religioso.

Confundem estado laico com estado laicista. Realmente o Brasil é um Estado laico. Vale dizer que o estado laico veio de um modo de pensamento protestante. Temos de dizer que é criação de um modo de pensamento protestante o modelo do estado laico; mas, quando o evangélico, com uma visão de mundo permeada por valores cristãos, posiciona-se, é chamado de “evanjegue”. Ele sofre o escárnio por causa disso, porque estão confundindo estado laico com estado laicista ou vice-versa. Isso tem de acabar.

A perseguição que existe ainda hoje contra o povo evangélico tem de acabar. Isso não pode mais ser suportado no Brasil e principalmente ser imposto pela imprensa ligada à esquerda.

Isso tem que acabar. Os “intelectualoides” da esquerda talibã têm de parar com isso. Não suportamos mais essa falta de dignidade no tratamento com o povo evangélico no Brasil. Chega, chega do crime, chega do crime contra o sentimento religioso, contra a nossa gente, tanto praticado pela imprensa quanto praticado por políticos e “intelectualoides” de todos os cantos deste país.



Isso tem de acabar. Que a imprensa se posicione de maneira íntegra, de maneira lisa, quando for relatar o cometimento de um crime, seja ele qual for, e pare com essa mania nefasta de qualificar o agente criminoso pela religião que professa.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Geraldo Pimenta* – Saudações a todos os deputados e deputadas. Meus cumprimentos à Mesa, aos meus amigos servidores, ao pessoal da galeria, aos mineiros e às mineiras. Quero inicialmente saudar a democracia de Minas. Foi realizado esse processo eleitoral, e Minas deu exemplo para o Brasil, elegendo 850 prefeitos e prefeitas, e três grandes cidades vão ao segundo turno: Contagem, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Fizemos um bom debate, e 11 deputados desta Casa participaram das eleições. Quero aqui cumprimentar os deputados Deiró Marra e Wander Borges pelas eleições em Patrocínio e Sabará.

Meus amigos, muitos negam a política, muitos são antipolíticos, mas o preço do arroz, do feijão, do sapato, da comida depende de decisões políticas. À medida que você participa do processo político, à medida que você se inscreve num partido e participa de uma eleição, você também é político. Temos de fazer a política séria, a política da verdade, da honestidade. E as urnas mostraram isso, foram um recado à mudança, à renovação. Então, meus cumprimentos à democracia de Minas.

Quero saudar também o lutador prefeito de Contagem, Carlin Moura, que foi ao segundo turno devido ao seu trabalho grandioso na saúde. Inaugurou recentemente uma maternidade, uma UPA, que é modelo para todos nós. Investimento na saúde. Merece ser reeleito no segundo turno em Contagem.

Quero cumprimentar também o prefeito eleito de Betim, Vittorio Medioli, com 61% dos votos. Com uma ampla coligação de várias forças políticas, foi eleito prefeito de Betim, com um projeto que unificou a cidade, que avança na discussão da retomada do crescimento econômico, com uma gestão eficiente. É isso que temos de fazer, com transparência e ética na administração pública. Por isso, ele saiu vencedor em Betim. Hoje ele já está na Unidade Básica de Saúde Teresópolis, fiscalizando, cobrando medidas eficientes e melhorias para a saúde pública de Betim.

Sr. Presidente, para encerrar, quero cumprimentar meu conterrâneo, médico de Sabinópolis, Dr. Nirley; as cidades de Santo Antônio do Itambé; Diamantina; Materlândia e várias outras cidades de Minas onde o PCdoB saiu vitorioso. Aos vereadores de Minas eleitos, a esperança, apesar da crise; aos prefeitos eleitos, que façam gestões eficientes, com transparência administrativa e participação popular, que façam uma boa gestão em suas prefeituras. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/10/2016

O deputado Arlen Santiago* – Caro presidente deputado Hely Tarquínio, decano desta Assembleia; deputada Arlete, que está presente; Srs. Deputados, queremos agradecer a Deus a chuva que está caindo no Norte de Minas, o que vai melhorar um pouco a grande problemática da seca que assola a região.

Queremos parabenizar as prefeitas, os prefeitos e os vereadores eleitos de toda Minas Gerais. Houve algumas vitórias realmente marcantes no Norte de Minas, como a do nosso companheiro Zé Prates, de Salinas, eleito com mais de 4 mil votos de frente; a do PTB em Capitão Eneas, onde Petrônio Mineiro conseguiu ganhar do prefeito César Emílio, do PT, com 1.660 votos de frente; em Manga, onde o candidato a prefeito Quinquinha teve uma votação muito boa, ganhando do prefeito Anastácio, e várias outras cidades extremamente importantes. Gostaria muito de citar Joaquim Felício, onde a prefeita eleita Eliana volta, com uma votação muito grande, para administrar a cidade, que não quis dar a reeleição ao prefeito atual.



Também quero falar de outra cidade chamada Patis, onde realmente foi jogado o peso do governo do Estado e da prefeitura contra o candidato Valmir Moraes, que ganhou brilhantemente as eleições na cidade.

Não vamos falar das outras neste momento porque a gente comemora a eleição, mas, ao mesmo tempo, ficamos bastante apreensivos, porque em Minas Gerais temos um governo que, só na área da saúde, já deve estar chegando a R\$4.000.000.000,00 de restos a pagar. Recebeu um pouco de restos a pagar de 2014, mas agora vem aumentando e não paga praticamente nada.

Desmoralizou o secretário Fausto, e agora parece que este governo tenta desmoralizar o deputado Sávio Souza Cruz, que é uma pessoa que quer ajudar a saúde pública de Minas Gerais. Mas o governo não honra os compromissos com a saúde. Estamos vendo, por exemplo, os prefeitos atuais com nove meses de atraso do Saúde em Casa, que foi uma verba criada por Aécio Neves para ajudar na atenção básica, que é o principal na área da saúde. São nove meses de atraso trazendo um transtorno muito grande aos prefeitos, que estão sendo obrigados a fazer, sozinhos, as coisas da saúde, visto que aqui o governo do Estado esqueceu-se de que foi eleito para cuidar da saúde da população.

Estamos vendo a situação caótica dos hospitais de Belo Horizonte, como por exemplo a Santa Casa, o Hospital da Baleia, o Hospital Mário Penna, que não recebem os recursos do Pro-Hosp, há atraso da urgência e emergência. Enfim, praticamente qualquer coisa que dependa de recursos deste governo que está aí não vai para os hospitais, fazendo com que Uberlândia, por exemplo, que teve a tristeza de ter PT no governo federal, PT no governo estadual e PT no governo municipal, acabe com a saúde e haja uma mortandade enorme de pessoas, acabando inclusive com a saúde das universidades.

Tenho me encontrado com o pessoal do hospital público federal, o Hospital das Clínicas, que está em situação de petição de miséria. Estamos aí num momento em que, pela política desastrosa do PT no governo federal, há no mínimo 12 milhões de pessoas que perderam sua carteira assinada. Com isso, muita gente não está conseguindo mais pagar o seu plano de saúde. Aí o que acontece? Às vezes ouvimos falar que estão querendo congelar... Congelar o quê, se aqui em Minas Gerais não pagam nem os 12%, nem o que era previsto para pagar em 2015. Tanto que, no dia 7 de julho, o Ministério Público do Tribunal de Contas colocou que este governo que está aqui em Minas Gerais só gastou no ano passado 9,16% da saúde, contrariando a Constituição Federal, que manda que se gastem no mínimo 12%. Com que autoridade essa turma vem falar que estão fazendo alguma coisa ruim lá em Brasília? Fizeram, acabaram com o País, arrebutaram o País.

E agora, como o governo do Fernando do PT quer administrar? Criando mais secretarias, criando mais cargos de confiança. Qualquer órgão, deputado Antônio Jorge, está lotado, não cabem as pessoas. Podem ir aos órgãos que vocês vão ver. É gente contratada, é secretaria, é subsecretaria. E agora têm de pagar esse povo. E o que eles fazem? Fazem um acordo histórico com as professoras, um acordo histórico de mandar 100 mil embora, sem cuidar delas, gente com câncer, as efetivadas. Não houve uma possibilidade de encontrar alguma situação para resolver o problema dessas pessoas.

Além disso, não dão posse aos concursados. Estão aí os concursados da saúde, que vivem mendigando para ser nomeados, mas o pessoal quer os carguinhos de confiança. Não sei por que o PT quer tanto esses carguinhos de confiança em vez de concursados.

Fizeram um acordo histórico com as professoras, um acordo histórico para atrasar a data de pagamento, para não pagarem o salário em dia. As diretoras, que às vezes ganham um pouco mais de R\$3.000,00, começam a receber dia 14, dia 20; e vão pedalandando para frente. Essa é a maneira de governar do PT: trazendo os cargos dos companheiros e arrebutando com a nossa educação.

Já estão acabando com o transporte escolar. Vai inteirar agora 10 meses que não se passa dinheiro para os prefeitos para o transporte escolar, e muitos estão aguentando sozinhos, e não aguentam mais, porque o governo do Estado não passa o dinheiro do transporte escolar, não quer cuidar das crianças da zona rural e, agora, quer aumentar o imposto das caminhonetes dos pequenos agricultores familiares. Não aceitaremos isso. Vamos vir aqui diariamente. O PTB é radicalmente contra o aumento de impostos, o aumento do imposto da gasolina e do álcool também, além do aumento do IPVA dessas caminhonetes. O pessoal que está lá



produzindo o álcool se arrebenta, não tem competitividade. Esse é o governo do PT, é o governo que vai falar agora: “Vão congelar lá em Brasília”. Vão congelar, não. O PT é que congelou; congelou os gastos da saúde.

De 2003 para cá, R\$136.000.000.000,00 estavam no orçamento da área da saúde, e o PT tirou de lado, não deixou passar, arrebentou com tudo. Vão ter de consertar o País – não vai ser fácil –, assim como nós também teremos, com certeza, após 2018, de consertar Minas Gerais, arrasada, acabada.

Mas podem ter certeza de que estaremos aqui, senhoras professoras. Vimos falar aqui, desta tribuna, do acordo histórico, do carinho que o governador Fernando, do PT, teria com as professoras, mas o carinho que vemos é o atraso do salário. E aí falam, para criar suspense, que não sabem se vão pagar o 13º salário. Suspense? Não. No governo do PT e do PMDB, do Itamar Franco, já não havia suspense, não se pagava o 13º, e atrasava-se o salário. E aí avisamos: esse tempo vai voltar, porque não sabem administrar, acabam com tudo. O País estava sendo administrado, estava preparado para o crescimento quando o mundo teve o crescimento. Mas o que foi feito com o País? Foram dezenas de milhares de cargos de confiança, dinheiro para Cuba, dinheiro para Angola, dinheiro para o Eike Batista. O que aconteceu? Para a saúde não foi nada. Para uma consulta se pagam R\$6,35 desde que o Lula entrou, e até hoje continua assim. Vamos apertar o ministro. Não vamos aceitar esse tipo de coisa.

Gostaria então de aqui me solidarizar com os policiais militares, com os policiais civis, com as professoras. Não podemos aceitar o escalonamento, o atraso do pagamento. A saúde vai mal? Vai, sem sombra de dúvida. O PT fez isso, mas pior ainda: com essa quantidade de desemprego que a Dilma do PT causou, muita gente saiu do plano de saúde. Muitas pessoas que trabalham, por exemplo, no Estado e que tinham um plano de saúde não podem ter mais, porque não sabem quando vão receber, deputado Felipe Attiê. É essa situação extremamente danosa que está acontecendo na nossa querida Minas Gerais, mas vamos fazer a resistência aqui. E vocês vão ver os discursos dos petistas aqui: “Vão congelar”. Vão congelar o quê? Eles já congelaram, já acabaram com a questão da saúde.

Vejam as notas do Enem, elas estão piores do que quando eles pegaram o governo; todo mundo está pior. As universidades estão sem recursos, sem condições. A situação está dramática, mas o nosso PTB e outros deputados...

Agora está havendo uma revolta surda aqui. Uma turma que é da base intermediária, que fala que é do governo, vai ter de entregar o cargo, porque vão votar ICMS para matar o pequeno agricultor, para matar o pequeno comerciante? Não. Essa turma do intermediário tem de deixar essa conta para a turma do PT pagar. Eles é que têm de aumentar o imposto, eles é que têm de jogar a culpa na herança maldita lá atrás. Mas a situação fiscal de Minas Gerais piorou completamente depois que, infelizmente, eles entraram.

Concedo aparte ao deputado Felipe Attiê, nosso companheiro do PTB, que vai votar também contra qualquer tentativa de mudança de imposto.

O deputado Felipe Attiê* (em aparte) – Grande deputado e tribuno que, no momento, está falando, deputado Arlen Santiago, quero dizer que ouvi o PT rosnando agora mesmo, falando que não vai permitir cortar isso ou aquilo. O que a senhora acha, D. Maria? A senhora está desempregada, não tem dinheiro, mas decide trocar a televisão, não deixar de ter TV a cabo, não deixar de ter um aquecedor elétrico em casa; tudo isso desempregada e sem renda. Eles querem dar e manter benefícios sociais e quebrar o País. Não têm dinheiro para pagar. É como na casa da senhora. Como a senhora vai conquistar benefícios se não tem dinheiro? Esse é o governo deles; querem quebrar o Brasil e levá-lo até o fim do poço.

Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que assino embaixo da fala do deputado Arlen Santiago e também saudar um antipetista, um prefeito administrador, sério, um dos melhores de Minas Gerais. Ele foi diretor de usina, um trabalhador, um executivo a vida inteira: Rui Ramos, de Pirajuba, reeleito com uma consagrada votação. Ele é um prefeito notável, vice-presidente da AMM e um senhor administrador. Vá ao pequeno Município de Pirajuba para ver como Rui Ramos, com pouco, faz muito, como tem competência e como é uma revelação como executivo, administrador e gestor. Construiu um centro administrativo, fez uma série de

obras; a prefeitura está equilibrada, não deve um centavo. É um homem habilidosíssimo, um administrador, um gestor, um prefeito sério, que teve uma grande reeleição no município. Parabéns, prefeito Rui Ramos! Que Deus o abençoe e a todos os prefeitos que venceram esse pleito. Esses são os nossos votos na Assembleia Legislativa.

Devolvo a palavra a V. Exa. dizendo isto: o PT é de dar risadas. Vai subir os impostos aqui de novo, mas vai ter que passar por cima do meu cadáver e do deputado Arlen Santiago. Querem acabar com a indústria da cana em Minas Gerais; querem subir o preço do álcool nas bombas de gasolina; querem subir a alíquota de ICMS de 14% para 20%, desativando e quebrando as usinas do Triângulo Mineiro. Que vergonha, Sr. Governador! Que vergonha, Sr. Secretário! É assim que vocês governam: mandando a conta para o povo e jogando a economia de Minas em um buraco.

O deputado Arlen Santiago – Obrigado, deputado Felipe Attiê. Queria também cumprimentar outra prefeita que obteve uma vitória monstruosa na cidade de Itacarambi, a Dra. Nivea, trazendo a felicidade, mais uma vez, ao PTB e vencendo a eleição contra a ditadura que lá havia, arrasando a cidade.

Agradeço a todos e cumprimento o deputado Sargento Rodrigues por sua participação na disputa. Ele colocou seu nome, e o PTB estava lá para apoiá-lo. Agora, o partido inteiro vai avaliar a melhor opção para a cidade de Belo Horizonte, uma opção equilibrada, tranquila, que sabe trabalhar sem bravatas ou qualquer problema. Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância. Parabenizo todos os que estão voltando dessa rodada de eleições em que, com certeza, a população trabalhou e escolheu os melhores.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Ocupo a tribuna após ouvir algumas, entre aspas, questões de ordem de deputados aqui presentes, por exemplo, do Paulo, que está aqui. Eles falaram da herança maldita. Até hoje, deputado Dalmo Ribeiro Silva, passados dois anos, o governo Pimentel não faz nada, está todo enrolado em processos e mais processos. Até quando se vai falar em herança maldita? Até quando vamos escutar essa catilinária que não acaba, sempre colocando a culpa nos outros?

O PT gosta de fazer isso. Quando meu mandato terminou, a atual prefeita Elisa Costa ficou colocando a culpa em mim por oito anos. Agora o povo cobrou dela. O PSDB teve 81% de votação com o nosso candidato André Merlo, sendo que o candidato dela teve 7%. Essa história de ficar colocando culpa no governo passado não cola, o povo não aceita. O povo julgou o PT nessas eleições em Minas Gerais, em São Paulo, no Brasil inteiro. Foi um massacre! Foi uma resposta do povo! Como dizer que o governo do PT é o governo dos pobres, da assistência social, do amparo às necessidades? Mas as necessidades de quem? Só se for de Cuba, da Venezuela, da Bolívia, da Angola, da Argentina, do Lula, da Dilma. Mandaram dinheiro do BNDES à vontade. Mas do Brasil, não! Pelo menos a resposta foi dada agora na imensa maioria dos municípios brasileiros.

Nesta oportunidade, quero dirigir minha saudação, ratificando o que fizemos ontem por meio de apartes, ao grande e vitorioso André Merlo e ao Dr. Luciano, candidatos a prefeito e vice-prefeito de Governador Valadares, respectivamente. Eles tiveram uma consagrada maioria dos votos: 81%. Talvez esse tenha sido o maior percentual das cidades médias de Minas Gerais e uma das maiores do Brasil. Foi a maior coligação do País: 24 partidos, conforme o jornal O Globo. Realmente tivemos um dos melhores desempenhos no Município de Governador Valadares. O prefeito e o vice-prefeito são do PSDB. Todos os outros prefeitos da minha região, o Vale do Rio Doce, e das demais regiões onde atuamos foram vitoriosos de modo geral.

Quero registrar com clareza solar o meu apoio ao deputado João Leite para prefeito de Belo Horizonte. Trata-se de uma pessoa completamente preparada para exercer o cargo. É um homem inteligente, competente, experiente, digno e honrado, um senhor pai de família, religioso e qualificado. Junto com o deputado Sargento Rodrigues, ele teve um grande desempenho no 1º turno.

Gostaria de ler uma publicação feita hoje nos principais jornais do País e de Minas Gerais, que, a meu ver, dá uma resposta aos discursos do Paulo Guedes e de outros deputados, que falam de herança maldita. E herança maldita é a que vemos aqui. Trata-se de uma publicação do governo Temer. (- Lê:): “Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer. O governo federal encontrou

uma situação muito grave nas contas públicas. Ao final de 2015, havia R\$54.300.000.000,00 de despesas do PAC já realizadas e ainda não pagas; R\$2.600.000.000,00 atrasados no pagamento de tarifas bancárias referentes aos serviços prestados ao governo, a maior parte devida à Caixa Econômica por serviços de pagamentos de benefícios sociais; e R\$6.000.000.000,00 em contribuições e aportes atrasados aos organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte. O Ministério da Saúde devia R\$3.500.000.000,00 aos estados e municípios. O seguro-defeso, que paga um salário mínimo ao pescador artesanal em períodos de proibição de pesca, está com o cadastro inchado. Não era fiscalizado. Havia 1.300.000 pescadores registrados. Uma primeira revisão cadastral excluiu 258 mil benefícios indevidos, com economia anual de quase R\$1.000.000.000,00. Revisões cadastrais também estão sendo feitas para detectar participantes de outros programas sociais que não têm direito aos benefícios, com economia prevista de no mínimo R\$4.000.000.000,00. Inchaço da máquina pública: o governo tinha 24 mil cargos de confiança. Foram extintos 4.200, e 10.000 só poderão ser ocupados por servidores concursados. O gasto do Ministério da Educação subiu 285% acima da inflação entre 2004 e 2014, mas as notas dos estudantes no exame do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – praticamente não cresceram. Muita despesa e pouco resultado.

Os maiores fundo de pensão de empresas estatais – Postalis, dos funcionários dos Correios, Petros, da Petrobras, Funcef, da Caixa Econômica Federal, e Previ, do Banco do Brasil – acumularam perdas de R\$113.500.000.000,00 nos últimos cinco anos. Isso é prejuízo para os trabalhadores dessas empresas, que terão suas aposentadorias diminuídas ou contribuições aumentadas para cobrir a perda.

Prejuízo bilionário na Petrobras de R\$21.500.000.000,00, em 2014 e R\$34.890.000.000,00, em 2015. Prejuízo bilionário na Eletrobras de R\$6.200.000.000,00, em 2013; R\$3.000.000.000,00, em 2014, e R\$14.400.000.000,00, em 2015.

Obras públicas inacabadas e com o orçamento estourado. Um exemplo é a transposição do Rio São Francisco, que tinha previsão inicial de ficar pronta em 2012, com custo de R\$5.000.000.000,00, mas se arrasta ao longo dos anos. Entre 2005 e 2015, R\$9.500.000.000,00 foram aplicados, e a obra ainda não está pronta. Outros exemplos são a Refinaria Abreu Lima; a pavimentação de 1.024km entre BRs que não foram feitas; também o complexo petroquímico do Rio de Janeiro, Comperj; a Ferrovia Transnordestina.

O BNDES emprestou a juros subsidiados R\$8.300.000.000,00 para a construção de infraestrutura em outros países, sendo que 76% foram para Cuba, Angola, Argentina e Venezuela. Enquanto isso, o Brasil permanece com infraestrutura precária. O Tesouro Nacional se endividou com R\$323.000.000.000,00 no BNDES para financiar Venezuela, Cuba, Bolívia, Argentina, Angola, etc. Esse jornal é de hoje. Essas publicações saíram nos jornais de hoje. Gostaríamos de fazer algumas outras considerações e temos várias a fazer.

Os projetos do governo Pimentel estão chegando aqui, aumentando impostos, a tarifa da gasolina e do etanol. O deputado Dalmo Ribeiro Silva já chamou a atenção para essa questão aqui hoje, pois está aumentando impostos para a área rural, nos setores dos laticínios, dos frigoríficos, de modo geral. Esse governo já fez isso. Batalhamos tanto contra os aumentos de inúmeros índices nesse governo Pimental e, mesmo assim, ele conseguiu aumentar. Vemos agora novos aumentos. No final do ano já está procurando parcelar o pagamento de servidores.

Isso não pode continuar nesses termos, por isso estamos aqui utilizando dessa tribuna para apresentar o nosso protesto contra esse tipo de situação. Quando vão começar a governar, a fazer obras de que o povo precisa? Na saúde, o Hospital Regional de Governador Valadares estava 80% pronto no governo Anastasia-Alberto Pinto Coelho. Havia 300 pessoas trabalhando e agora não há ninguém. As obras estão completamente paradas. Isso está acontecendo no Estado todo.

O deputado Sargento Rodrigues* (em aparte) – Cumprimento V. Exa., deputado Bonifácio Mourão, que é o líder maior do nosso bloco de oposição.

Deputado Mourão, eu disse, quando cheguei aqui, que tentaram cooptar o PDT de todas as formas para que ele viesse para a base de Fernando Pimentel. Fizeram de tudo. Ofereceram mundos e fundos. Disse com clareza que tinha absoluta convicção do



porquê estava vindo para a oposição. Vi alguns deputados da base de governo bradarem e baterem em Michel Temer, falando de golpe para fugir do assunto aqui de Minas. Não querem falar. Querem tudo, mas não querem falar de Minas Gerais.

Esse mesmo cidadão que hoje se intitula governador do Estado, a meu ver, não tem legitimidade, professor Bonifácio Mourão. Pode até se intitular, mas não tem legitimidade, pois a perdeu. Desde que o seu testa de ferro disse que ele tinha guardado R\$12.000.000,00 numa quitinete, com dinheiro de propina da Caoa, acabou, pois levou a eleição na mão grande. É por isso que estou dizendo a V. Exa. que ele perdeu a legitimidade, porque a grande legitimidade que temos é o voto, a urna. Foi demonstrado, com clareza, na investigação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, com a aquiescência dos ministros do STJ, especialmente do relator da matéria, ministro Herman Benjamin, que esse moço não tem legitimidade. Temos hoje alguém ocupando o cargo com *status* de governador que está deslegitimado para ocupar aquela cadeira. Percebemos aqui vários deputados da base de governo fugir.

V. Exa. traz um tema ao final da sua fala e quero seguir a mesma linha de raciocínio quanto aos impostos.

Isso também foi dito pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva com muita maestria, que apresentou ponto por ponto. A derrocada já começou a acontecer nas eleições de 2014. Toda aquela história linda, maravilhosa, aquela poesia que eles contavam foi por terra, deputado Bonifácio Mourão. O eleitor foi às urnas e falou: “Xô, PT! Fora, PT!”. Disse isso com clareza, com absoluta clareza.

Esse moço chamado Fernando Pimentel, do PT, sabe que está derrotado. Então ele está fazendo de tudo para postergar processos, denúncias, que cada vez mais estão aumentando contra a sua pessoa. Se eu fosse deputado da base deste governo, teria vergonha de dizer isso. Eu teria vergonha se estivesse na base de governo desse moço. Ele está mais do que conhecido nos quatro cantos do País como uma pessoa que recebeu propina de várias formas.

Quero dizer, deputado Bonifácio Mourão, da questão dos impostos. Ele foi a um debate da Rede Globo com seu então adversário à época e dizia – observe os termos que ele usava, presidente Hely Tarquínio: “O imposto da energia elétrica é o maior do País. Isso vai tirar daqui as empresas, o emprego, a renda”. Mas o primeiro ato que ele praticou depois foi aumentar em 39% a alíquota do ICMS da energia elétrica, que era de 18% e foi para 25%. Eles mentiram e repetiram a mentira mil vezes até tentar fazer com que ela virasse verdade. Teoria de Goebbels, por nós muito conhecida e que o partido do governador executa com maestria. Eles fazem isso com muita maestria. A sua base repetiu aqui várias vezes que ele pegou o déficit. Mas qual foi a primeira providência? No dia 5 de janeiro, deputado Dalmo Ribeiro Silva, o primeiro projeto enviado a esta Casa foi para criar três secretarias. Agora, com a pseudorreforma, criaram mais três. Centenas de cargos comissionados foram criados por esse governo. Depois disso, confisco dos depósitos judiciais, mais imposto de 180 produtos, que saíram de alíquota de 12% para 18%, como material escolar, material de construção, remédio para as pessoas mais humildes. Tudo isso foi aumentado em 50% por esse desgoverno de Fernando Pimentel.

Agora novamente ele presenteia o cidadão mineiro. Mais uma vez haverá um aumento de 30% e de 20% das alíquotas de ICMS da gasolina e do álcool em Minas Gerais. É isso que ele sabe fazer. Quero ver agora os deputados da base de governo. Quero ver falarem que vão votar mais tributos novamente. É isso que eles querem fazer, deputado Bonifácio Mourão. Parabéns a V. Exa., sempre muito sensato, seguro e muito coerente em sua fala.

O deputado Bonifácio Mourão* – Obrigado pelo aparte, deputado Sargento Rodrigues. O importante é que eles esperam passar as eleições. Logo que as eleições passarem, o projeto chegará a esta Casa. Por que não mandaram antes das eleições? Será que antes das eleições, ali pelo mês de setembro, não estavam precisando desse recurso? É claro que sim, mas esperaram passar as eleições porque sabem do resultado, da resposta do povo. Aí com certeza a derrota seria ainda maior. Evidentemente seria ainda maior.

Estamos nesta tribuna agradecendo a oportunidade de falar com o povo de Minas Gerais para alertá-los: este governo que aí está, o governo Fernando Pimentel, não veio realizar aquela proposta que fez em sua campanha para o povo do Estado. Ele fez uma proposta para ganhar as eleições, mas está fazendo um governo completamente contrário ao que prometeu. Anunciou mundos e fundos, iludindo o povo de Minas Gerais.



Agora sim, agora está se desnudando, mostrando todo o seu realismo. Nada de obras, nada se vê em canto nenhum. Mas muita promessa, muita irregularidade, muitos processos. É exatamente isso que o povo mineiro e o povo brasileiro estão rebatendo nas urnas. Por isso houve tanta ausência na eleição do último domingo, exatamente porque o povo brasileiro está cansado de ver a indignidade reinando no Executivo através do mandato de vários políticos. Isso é que tem de ser rebatido, é com isso que o povo não está concordando, e é contra isso que estamos protestando.

* – Sem revisão do orador

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero primeiro agradecer o apoio que obtive na eleição municipal de Belo Horizonte a todos os eleitores que nos confiaram os mais de 34 mil votos. Senti-me honrado de ter disputado, Prof. Mourão, as eleições municipais na capital – pela primeira vez disputei uma eleição majoritária.

Estou reafirmando novamente nosso compromisso com o povo de Minas Gerais, com o povo de Belo Horizonte, que realmente merece uma atenção especial, principalmente o de nossas periferias. Quero novamente reafirmar meu compromisso desta tribuna e agradecer cada voto que me foi confiado.

Mas o que me traz aqui, Prof. Bonifácio Mourão, é um assunto que nos preocupa muito. Na coluna de hoje do jornalista Orion Teixeira, em seu último parágrafo, está escrito: “Luz vermelha. Na reunião que fez com seu secretariado na segunda, dia 3, o governador Fernando Pimentel voltou a responsabilizar o governo anterior pela gravíssima situação atual de caixa. De acordo com ele, na gestão passada a folha salarial teria crescido 100%, pulando de R\$1.100.000.000,00 para R\$2.200.000.000,00, especialmente pelo reajuste concedido aos policiais militares”. Aos policiais militares, aos policiais civis, aos bombeiros militares, aos agentes penitenciários e socioeducativos. Reajuste, Prof. Bonifácio Mourão, de que tive a honra e o orgulho de ser o interlocutor político da classe, quando nos sentamos com o Prof. Anastasia e com Alberto Pinto Coelho, à época vice-governador. Foram dados 101% de reajuste durante quatro anos.

Queria falar da irresponsabilidade desse governador petista ao vir a público dizer que foi o reajuste dado à área de segurança pública que causou esse fato. Sr. Governador, o senhor tem de respeitar um pouco mais as pessoas, tem de respeitar um pouco mais os servidores da segurança pública, que até fazem sua segurança, dia e noite, sem parar. Infelizmente, muitos policiais que estão servindo ao governador estão sendo usados pelo Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini como polícia política para atacar seus adversários políticos.

Vou trazer a esta Casa, Prof. Bonifácio Mourão, uma denúncia gravíssima patrocinada pelos Cels. Bianchini e André Leão, comandante-geral e chefe do Estado-Maior, ao colocar um soldado ao seu lado, na antessala, para promover ataques a este deputado e a uma blogueira. Essa denúncia, Prof. Mourão, está sendo investigada desde janeiro deste ano pela Promotoria de Crimes Cibernéticos e está na mão do procurador-geral de justiça.

É isso que o governador Fernando Pimentel e o coronel comandante-geral da Polícia Militar têm feito: ameaçado os policiais caso façam greve. Estão perseguindo os policiais a mando de Fernando Pimentel do PT. É isso que eles têm feito. A denúncia, Prof. Mourão, já teve como testemunha o presidente de uma associação de classe, a blogueira, um deputado federal, um 1º-sargento da reserva, que foram lá testemunhar, dizer o que ouviram.

Um soldado foi retirado de um batalhão, na rua, e colocado na antessala do Cel. André Leão, com o *notebook* da diretoria de inteligência da Polícia Militar, para promover ataques sorrateiros, sórdidos, para fazer montagens apócrifas contra este deputado e uma blogueira. Sabe por que, deputado Bonifácio Mourão? Porque este deputado não se curva diante de um governador imperialista, ditador, que não aceita ver deputados na tribuna fazer oposição a sua pessoa. É isso que está acontecendo neste estado: um governador que diz que o salário pago aos policiais foi o que levou a folha a esse gasto.

Olhe, Sr. Governador Fernando Pimentel, respeite os servidores da segurança pública. Não são os servidores da segurança pública que encheram a quitinete de R\$12.000.000,00 em Brasília, não. Não foram eles, não. Não foram eles que compraram a eleição



em 2014, Sr. Governador Fernando Pimentel. Infelizmente, o senhor está fazendo da Polícia Militar uma polícia política, sob os auspícios do Cel. Bianchini e do Cel. André Leão, numa tentativa sórdida de desestabilizar a liderança política da base da instituição. Mas fique sabendo, senhor coronel, que não tenho medo de coronel nem de governador. Se tivesse, como 2º-sargento, não teria ido à praça em 1997 fazer greve, fardado, em cima de um carro de som. Não tenho medo de governador e muito menos de coronel que fica babando ovo, bajulando o governador, que neste momento pegou uma licença para passear na Europa. O Sr. Cel. Bianchini, neste momento, pegou uma licença para passear na Europa, para engordar o seu contracheque de diária, o que venho denunciando há tempos nesta tribuna. Pegou uma licença e foi passear, num momento de crise, num momento em que os policiais vão receber em três parcelas.

No mês de novembro agora, a primeira parcela será paga no dia 14. No dia 14 de novembro será paga a primeira parcela daquilo era pago, no governo anterior, no quinto dia útil, deputado Bonifácio Mourão. Hoje a primeira parcela será paga no dia 14. Esse é o governador de Minas Gerais que dizia aos quatro cantos: “Ouvir para governar”. Ouvir quem? Ouvir o Cel. Bianchini, ouvir o Cel. André Leão, que são puxa-sacos do governador, que ficam tentando apunhalar a classe pelas costas, que ficam ameaçando os praças para não fazerem greve, que ficam amordaçando a tropa. Esses são aqueles que se aliam ao governador corrupto chamado Fernando Pimentel.

Os dois coronéis pregaram a estrelinha do PT no peito, vestiram a farda de cor vermelha. Esse é o comando da Polícia Militar, que hoje serve como polícia política. Esta é a realidade, Prof. Mourão, e V. Exa. vai conhecer o terror de toda a denúncia, desde quando ela começou. Ameaçaram a blogueira dizendo: “Todas as vezes que ela publicar alguma coisa contra o PT e contra o governador, vocês a bombardeiam nas redes sociais”. Criaram um perfil falso no Facebook, montaram inúmeras denúncias apócrifas sobre minha pessoa para disparar nos grupos dos policiais. Agora, a tropa da Polícia Militar, os policiais civis, os bombeiros e os agentes penitenciários estão tomando conhecimento, publicamente, da tribuna desta Casa: o coronel comandante-geral da Polícia Militar hoje serve à polícia política de Pimentel. É assim que eles tratam os adversários neste estado.

O governador, que disse que aumentar impostos era absurdo, como eu disse aqui, Prof. Mourão, aumentou a alíquota do ICMS da conta de luz em 39%. O governador criou três secretarias para amparar seus apadrinhados, dentre esses o ex-deputado federal Nilmário Miranda, que está lá sossegadinho, quietinho em uma secretaria de direitos humanos, e ninguém toma conta do assunto. São centenas de cargos comissionados, e vem falar em reforma administrativa.

Nós lutamos aqui, Bonifácio Mourão, com todas as forças, mas fomos derrotados pela base do governo, que criou mais três secretarias. Sabem para quê? Para abrigar os demitidos do processo eleitoral de Brasília e de outros estados. E agora, Prof. Mourão, devemos tomar cuidado, porque, a partir do ano que vem, virá gente das prefeituras que perderam. A máquina do Estado vai inchar mais ainda, com mais gente do PT.

É vergonhoso! Chama-se incompetência deste governo de Fernando Pimentel, corrupto; é incompetência creditar a culpa do déficit da folha ao aumento dado às forças de segurança pública no Estado. Aqui, nesta tribuna, governador, sou inviolável. Aqui não tem Cel. Bianchini para protegê-lo nos grupos de WhatsApp nem em página falsa no Facebook. Aqui não tem, sou inviolável nesta tribuna. E é aqui que o deputado utiliza suas prerrogativas contra um governo ditador, contra um governo totalitário que não aceita críticas, Prof. Mourão. V. Exa. vai conhecer o teor da denúncia, a gravidade e, o pior, o depoimento do soldado que estava fazendo os ataques, o qual não aguentou a pressão e foi até meu gabinete. Ele me disse: “deputado, quero me encontrar com o senhor porque não estou mais aguentando a pressão do comando. Eu fui colocado para fazer ataques à pessoa do senhor”. Nos grupos de WhatsApp, Prof. Mourão, fazendo montagens, apostas, na sala do comando da Polícia Militar. Eu já pedi nova reunião com o procurador-geral de justiça, porque quero ver esse coronel indiciado. Tanto o Cel. Bianchini quanto o Cel. André Leão e o Maj. Lázaro, policiais que compõem a polícia de Fernando Pimentel.



É muito grave o que estou falando aqui, Prof. Mourão. Tenho suportado essa pressão desde julho do ano passado, quando começaram os ataques. Em janeiro, fiz a primeira representação; em fevereiro, a segunda; e, em março, a terceira. Até o soldado falar: “deputado, fui tirado do meu batalhão de guardas e levado para a antessala do Cel. André Leão para promover ataques à pessoa do senhor”. É muito grave, deputado Bosco, o que estou falando, mas vou trazer para os senhores conhecerem não só a cópia da representação, mas as provas. Tenho o áudio do soldado revelando toda a trama sórdida, inescrupulosa, nojenta, desse governador bandido, corrupto, atacando-me nos bastidores. É isso que o governo do PT sabe fazer. Isso porque não aguenta o deputado Sargento Rodrigues nesta tribuna, pois sou ferrinho de dentista. Não aguentam o deputado nesta tribuna, porque estou aqui todos os dias, não saio da tribuna, sou o deputado mais presente desta Casa, então não aguentaram. Não aguentaram o tranco de um único deputado da oposição e começaram com os ataques. Mas desta vez, Prof. Mourão, o Ministério Público tem provas cabais, tem o testemunho de um deputado federal, de um presidente de associação de classe, de um 1º-sargento da reserva, de uma blogueira, e tem a confissão da própria pessoa que estava sendo utilizada para me atacar.

Tem a confissão de um soldado da Polícia Militar, que não aguentou e veio me procurar, chorando, para dizer: “olha, deputado, sei o que o senhor representa para a nossa classe; sei o que o senhor representa, e não aguento mais essa pressão”. Mas o comando continua pressionando esse soldado. Temos de ter muito cuidado para que, pressionado pelo Comando da Polícia Militar, esse soldado não faça uma besteira.

Enquanto isso, o Cel. Bianchini pega a sua malinha e vai passear na Europa, em Portugal e na Romênia, enquanto a tropa está aqui morrendo à míngua, sem salário, desesperada e ainda sofrendo um ataque como esse, com a acusação de que a culpa é da segurança pública.

* – Sem revisão do orador

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, preciso rebater algumas coisas que foram ditas e esclarecer algumas outras, colocando-as em seu devido lugar. Em primeiro lugar, ainda que digam em tom de crítica que o governador sempre tenta colocar no governo passado a culpa pelo problema que enfrenta hoje, a verdade é que isso não é retórica. Isso é fato; registro histórico. Assumimos o governo imediatamente após um governo tucano que anunciava para todo o povo mineiro o déficit zero, o choque de gestão, as metas e os bons resultados, dizendo que o modelo implementado em Minas era tão bonito que todos queriam conhecê-lo. Mas o modelo implementado em Minas foi aquele que deixou quase 8 bilhões de déficit para 2015, mais de 40% das escolas sem quadras e mais de 60% delas sem refeitório e biblioteca. Falam muito aqui da segurança pública, mas esse governo deixou a frota da Polícia Militar sucateada nos estacionamentos e um déficit absurdo no número de investigadores e peritos criminais, para citar apenas algumas áreas da segurança. É um absurdo.

O engraçado é que os que hoje sobem à tribuna para fazer cobranças ao governador Pimentel não o fizeram no momento adequado e devido para impedir que o rombo ou o sucateamento do Estado de Minas Gerais acontecesse, como aconteceu, e que herdássemos o que herdamos hoje. Onde estavam eles? Falam da corrupção do governador Pimental, mas em momento algum questionam as mais de dez delações que envolvem o ex-governador Aécio Neves, que até teria recebido propina pelo investimento nas obras da Cidade Administrativa. Não falam, não perguntam; tapam os ouvidos e fazem ouvidos de mercador, porque a eles, como à boa parte dos setores da imprensa, só importam as investigações que envolvem o PT. O próprio Cel. Bianchini, que esteve nesta Casa há pouco tempo, disse que a crise que se abate em todo o País não é a crise do governador Pimentel nem do governo do PT, mas que a crise que se abate em todo o País faz com que, em vários estados, o pagamento de policiais se atrase. Pior: às vezes o pagamento não é parcelado como em Minas Gerais, mas feito com atraso de dois ou três meses, como no rico Estado do Rio de Janeiro. É culpa do governador Pimentel?

Agora, os mesmos parlamentares que defendem mais investimento na saúde e na educação deveriam dizer aos deputados federais dos seus partidos que votem contra a PEC nº 241, aquela que reduz drasticamente os investimentos na saúde, na segurança e



na educação. Querem mais investimento? Que peçam a suas bancadas que votem contra o fim dos investimentos, contra o estabelecimento de teto nos investimentos na saúde e na educação. Não dá para ter demagogia; não dá para ser contraditório. Se queremos mais dinheiro, temos de impedir que essa PEC prospere, porque, como diz o deputado Rogério Correia, são os mais pobres que vão pagar. Então, os parlamentares que são defensores dos mais pobres, defensores da ética e da moral, deveriam fazer questionamentos sobre as delações que envolvem outros partidos, não só o PT, e pensar em onde vão terminar essas investigações. Também deveriam ter tido uma atitude proativa a respeito da situação fiscal do Estado. E digo mais, chegam aqui dizendo que o governador Pimentel quer aumentar o ICMS, deputado Rogério Correia, mas já houve circunstâncias, no governo tucano, em que os tucanos e os tucanoides, como V. Exa. gosta de lembrar, os quais faziam parte da sua base, aumentaram, sim, o ICMS até da energia elétrica, mesmo para as residências. E isso foi feito num momento em que a crise não era tão grave como a de hoje. A economia do País estava melhor, mesmo assim eles aumentaram imposto nos setores de combustível e de energia elétrica. Agora vêm dizer que o governador Pimentel, com o Estado arrombado que eles deixaram, não pode fazê-lo?

A recomposição que ele propõe não afeta os mais pobres. É naquilo que chamamos de itens supérfluos, como fizemos pouco tempo atrás.

Gente, é uma medida que ninguém fez de bom grado, ninguém gosta nem quer. Mas quem governa tem de ter responsabilidade. Ninguém vai governar fazendo bravata e discurso e jogando para a galera, mas fazendo gestão. É isso que o governador Pimentel fez. O tal do choque de gestão, do déficit zero, ou seja, essas coisas maravilhosas da pirotecnia contábil que eles inventaram não deram conta de reajustar o salário, de pagar o piso para os professores, de pôr mais policiais civis e investigadores nas ruas, nem de cuidar das escolas que estão sucateadas. O que fizeram, no final do mandato de Alberto Pinto Coelho, foi pagar 10% de repasse de convênio para a UBS. Estão todas paradas, e não deixaram o dinheiro para que fossem concluídas. Não aceitaremos. Seremos combativos e não permitiremos a demagogia.

Quero lembrar que o PT teve candidato a prefeito de Belo Horizonte. O candidato a prefeito do PT, esse PT tão demonizado nesta Casa por alguns parlamentares, teve em torno de 7,5% dos votos. Há candidatos aqui que profetizam o fim do governo Pimentel e do PT, mas não passaram de 1%, 1,5%. Então, as análises precisam ser moderadas. O PT, sim, sofreu certa derrota nestas eleições. A combinação de fatores e elementos que levaram a isso nós conhecemos. Erros do PT, pois temos de admitir que ele não faz cortina de fumaça, mas também um Judiciário politizado e um ataque frontal e vertiginoso de setores da imprensa. Tudo isso combinado fez com que o PT obtivesse essa derrota.

Mas não venha a oposição em Minas Gerais pensar que cresceu. Por quê? Porque o número de prefeituras eleitas da base do governador Fernando Pimentel foi maior do que por deputados e partidos que compõem a oposição nesta Casa. Não venham todos comemorar como se fosse a derrota do PT. É a derrota da política, porque quem saiu vitorioso nas principais capitais foi o ninguém, o nulo, a abstenção. Não está bom para ninguém. Achem que está ruim para o PT, mas está ruim é para todo o mundo. Ou todos nós repensamos um modelo político neste país ou daremos o abraço dos afogados, porque a sociedade não aguenta mais esse modelo.

O deputado Rogério Correia* (em aparte) – Deputado Cristiano Silveira, serei rápido. Hoje saiu uma pesquisa na qual 31% da população acham que o governo do presidente Temer, que não foi eleito, mas colocado por um golpe parlamentar, é pior do que o da presidenta Dilma; e 25%, que é melhor. Isso antes das medidas impopulares que o senador Aécio Neves quer que o Temer implemente rapidamente. Hoje, infelizmente, começaram as medidas impopulares. Aliás, foi marcada talvez para segunda-feira uma medida impopular e completamente maléfica para o Brasil. Irão congelar por 20 anos os recursos da área de educação, saúde, segurança pública e assistência social. São 20 anos de congelamento.

O deputado Sargento Rodrigues, que é um defensor da segurança pública, está aqui. Imagine o que será congelar por 20 anos as verbas de segurança pública? Imagine se congelarmos por 20 anos a saúde pública do SUS ou a educação? É evidente que se trata de uma medida impopular e avassaladora contra o Brasil. Mas o golpe veio para isso, porque eles dizem que não cabem no

orçamento os pobres e o serviço público. Então, o golpe veio exatamente para isso. É o golpe dos poderosos. Por exemplo, a Fiesp diz: “Pode retirar mesmo o dinheiro da saúde, da educação, da segurança e da assistência social, mas não pode aumentar nem colocar a CPMF”. Quer dizer, o imposto da CPMF não pode, mas congelar por 20 anos pode. Então, o golpe veio exatamente para agradar aos poderosos. Dissemos isso diversas vezes.

Portanto, ficará claro agora o discurso demagógico do PSDB, dos tucanos e dos tucanoides em relação ao Brasil, porque o Aécio quer que isso seja feito rapidamente. Depois disso vão retirar a previdência, inclusive a aposentadoria especial de professores e policiais. O governo Temer, o golpe veio para tirar os direitos, para caber o direito para os ricos, o recurso para os ricos.

Isso está ficando claro. A maioria já está achando que o Temer é pior que a Dilma. Daqui a um tempo estarão com saudade dela – do Lula já estão.

Então, Bosco, nas eleições uma hora você ganha, outra você perde. Disputei 12 eleições, ganhei 7 e perdi 5. É normal. O Sargento Rodrigues acabou de disputar uma eleição e perdeu, mas já tinha ganho um tanto. Isso é normal nas eleições. Ele perdeu duas. É assim mesmo a democracia. O ruim da democracia é que quem perde acha que pode tirar o outro através de maioria no Parlamento. Ai se configura um golpe parlamentar. Já estão querendo fazer isso com o Pimentel, querendo tirá-lo com golpe aqui. Portanto, chamo atenção do povo porque essa moda não pode pegar. Temos que aceitar a democracia. Se a pessoa foi eleita, ela tem de ficar. O PSDB está lembrando os tempos da UDN, que era combatido pelo Brizola e por outros, com muito ardor. E combatiam corretamente, porque eles tomam o poder pela via do golpe militar ou agora pela via institucional, fazendo um golpe midiático e jurídico.

Por que a Lava Jato, Hely Tarquínio, não investiga Aécio Neves? Por que o caso do Cunha, que foi denunciado por Furnas, foi parar no Rio de Janeiro? É porque o Aécio faz parte do golpe – vou ter tempo de falar isso outro dia, porque hoje não tenho mais. Mas só queria alertar que a discussão é mais profunda. Vamos viver um período ruim para o Brasil hoje, que é o período do golpe da retirada de direitos.

Infelizmente foi marcado para segunda-feira esse grande prejuízo no Brasil. Custamos a colocar na Constituição um vínculo da receita de saúde, educação, assistência social e segurança pública, mas agora estão retirando isso e congelando por 20 anos. É o maior retrocesso que se podia pensar. E podem apostar, deputados do PSDB, do DEM, do PTB, do PP, do PSD, os que deram o golpe vão agora dar o golpe contra o povo. Era o que a gente tinha alertado. Parabéns, deputado.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/10/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 8/10/2016, que exonerou Fernando Teixeira Frota Soares, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 8/10/2016, que nomeou Fernando Teixeira Frota Soares, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;



exonerando, a partir de 10/10/2016, Dioclides José Maria, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

exonerando Érika Nayara Tomacheski Diniz Alves, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Thamyres Alves Caetano, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Ana Paula Borges, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

nomeando Dioclides José Maria, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Thamyres Alves Caetano, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 53/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 110/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de uniformes para a ALMG, a sessão pública virtual do referido pregão foi adiada para as 10 horas do dia 27/10/2016.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 78/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 178/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 83/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 192/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de portas corta-fogo e barras antipânico.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.